

Daycoval|Leasing

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025



daycoval.com.br

Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a) às demonstrações contábeis, a qual descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Destaques Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 lucro líquido de R\$ 643,5 milhões (R\$ 159,0 milhões em dezembro de 2024). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2025 em R\$ 1,1 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em dezembro de 2024). As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R\$ 59,6 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2024).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência nota explicativa	2025
Disponibilidades	4	726
Instrumentos financeiros		1.772.925
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	668.851
Títulos e valores mobiliários	6	25.131
Carteira de crédito	7	1.078.943
Operações de crédito		434.241
Operações de arrendamento mercantil financeiro		634.850
Operações de arrendamento mercantil operacional		15.276
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(15.199)
Outros créditos com características de concessão de crédito		9.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.h	(31.507)
Operações de crédito		(11.202)
Operações de arrendamento mercantil		(20.301)
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito		(4)
Ativos fiscais correntes e diferidos	13.b	156.824
Outros créditos		5.465
Diversos	8	5.465
Outros valores e bens		2.411
Ativos não financeiros mantidos para venda		2.411
Despesas pagas antecipadamente		-
Imobilizado de uso	9	431
Imobilizado de arrendamento operacional	10	4.950
TOTAL DO ATIVO		1.912.225

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência nota explicativa	2025
Instrumentos financeiros		59.632
Depósitos interfinanceiros	11	59.632
Provisões para riscos	14	7.363
Fiscais		6.480
Cíveis		883
Provisões e outras obrigações com Instrumentos financeiros	7.h	91
Obrigações fiscais correntes e diferidas	13.b	246.137
Outras obrigações		203.044
Sociais e estatutárias	12.a	153.769
Diversas	12.b	49.275
Patrimônio líquido	15	1.395.958
Capital social		643.781
Reservas de capital		350
Reservas de lucros		751.827
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.912.225

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Referência nota explicativa</u>	<u>2º Semestre de 2025</u>	<u>2025</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		276.041	650.024
Operações de crédito	16.a	41.326	76.489
Arrendamento mercantil financeiro	16.b	188.989	509.362
Arrendamento mercantil operacional	16.b	15.998	34.445
Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.c	28.851	28.851
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	16.d	877	877
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(58.181)	(235.499)
Operações de captação no mercado	16.f	(73.244)	(227.949)
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	(16.598)	(46.056)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7.h	31.661	38.506
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		217.860	414.525
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(14.886)	(24.980)
Receitas de prestação de serviços		2.176	3.092
Despesas de pessoal	16.g	(4.738)	(10.054)
Outras despesas administrativas	16.h	(2.425)	(5.338)
Despesas tributárias	13.a	(16.686)	(39.621)
Outras receitas operacionais	16.i	8.449	30.477
Outras despesas operacionais	16.j	(1.662)	(3.536)
RESULTADO OPERACIONAL		202.974	389.545
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	16.k	14.492	38.542
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		217.466	428.087
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	308.833	216.346
Provisão para imposto de renda		(31.887)	(36.997)
Provisão para contribuição social		(28.225)	(32.447)
Ativo fiscal diferido		368.945	285.790
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(664)	(939)
LUCRO LÍQUIDO		525.635	643.494

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2025	2025
LUCRO LÍQUIDO	525.635	643.494
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	525.635	643.494

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				Legal	Estatutárias		
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		643.781	350	33.269	246.237	99.516	1.023.153
Lucro líquido		-	-	-	-	525.635	525.635
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	26.282	-	(26.282)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	446.039	(446.039)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(152.830)	(152.830)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		643.781	350	59.551	692.276	-	1.395.958
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		643.781	350	27.376	246.237	-	917.744
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	-	(12.450)	(12.450)
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025		643.781	350	27.376	246.237	(12.450)	905.294
Lucro líquido		-	-	-	-	643.494	643.494
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	32.175	-	(32.175)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	446.039	(446.039)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(152.830)	(152.830)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		643.781	350	59.551	692.276	-	1.395.958

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2025	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	525.635	643.494
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	12.667	46.993
Depreciações e amortizações	104	222
Provisão (Reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	722	1.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.661)	(38.506)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(368.945)	(285.790)
Provisão (Reversão) para imposto de renda e contribuição social correntes	60.112	69.444
Provisão para participações no lucro	664	939
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	199	(15.668)
Reversão provisões operacionais	-	(342)
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	(326.138)	(220.731)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	199.497	422.763
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(278.298)	(453.695)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(668.851)	(668.851)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(25.131)	(25.131)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	45.790	77.868
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	2.739.305	2.460.282
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(81.151)	(129.515)
(Aumento) Redução em outros créditos	372.591	321.346
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.919)	(1.023)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(348.098)	(302.115)
Aumento (Redução) em depósitos	(2.297.184)	(2.161.341)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.650)	(25.215)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(78.801)	(30.932)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	(119.166)	(157.509)
Alienação de imobilizado de arrendamento operacional	190.745	213.169
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	(233)	(233)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	71.346	55.427
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(37.772)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(37.772)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.455)	(13.277)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	8.181	14.003
Caixa e equivalente de caixa no final do período	726	726
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.455)	(13.277)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. (“Daycoval Leasing”), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, que está organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Daycoval Leasing, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

O Daycoval Leasing optou pela isenção facultada pela Resolução nº 4.966/21, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas com instrumentos financeiros ativos), nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2026.

O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Daycoval Leasing, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	4.975/21
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

c) Normas emitidas com vigência no período corrente:

i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, houve constituição de provisão cujo efeito no patrimônio líquido foi de R\$12.450, líquido dos efeitos tributários.

Não houve outros impactos de adoção inicial da referida norma.

Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada:

Reestruturação

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. O Daycoval optou pela faculdade normativa e apresenta as operações reestruturadas de acordo com as condições repactuadas.

Hedge Accounting

Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do hedge e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos.

A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de hedge accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa; e
- Hedge de investimento líquido no exterior.

ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não foram identificados impactos relevantes na adoção inicial da referida resolução.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional do Daycoval Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Daycoval Leasing se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

i. Classificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval Leasing passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e
- Valor justo por meio do resultado.

Modelo de negócio: A classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Administração para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos.

Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de:

- obter fluxos de caixa contratuais;
- obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- venda.

Para que um ativo financeiro seja caracterizado como aquele que gera somente pagamento de principal e juros contratuais, seus fluxos de caixa devem incluir apenas a remuneração do dinheiro no tempo e o risco de crédito de contraparte. Caso as condições contratuais conduzam o ativo financeiro a uma exposição a riscos diversos ou imprevisibilidade na determinação dos fluxos de caixa, tais como alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado. Os contratos com características híbridas devem ser avaliados como um todo, ou seja, todas as características contratuais devem ser consideradas e, se estes contratos possuírem instrumento financeiro derivativo embutido, sua contabilização é efetuada considerando a mensuração ao valor justo por meio do resultado de todo o instrumento financeiro.

ii. Alteração dos modelos de negócio

A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil.

iii. Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Custo amortizado

É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada.

Taxa efetiva de juros

Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

Conforme disposições normativas o Daycoval Leasing optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas pro rata temporis, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.

Valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O detalhamento e a hierarquia de valor justo, dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão detalhados na Nota 18.

iv. Operações de crédito, de arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria n.º 140/84, do Ministério da Fazenda, e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN.

As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual.

O Daycoval Leasing avalia as perdas esperadas com base em análises prospectivas de cenários macroeconômicos que são reavaliados com periodicidade mínima anual ou quando condições de mercado exijam novas avaliações, o Daycoval Leasing avalia a perda de crédito esperada associada aos seguintes ativos financeiros e suas respectivas categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) créditos a liberar, representados por limites não utilizados pelos tomadores de crédito, incluindo limites de cartões de crédito; e (iii) contratos de garantias financeiras prestadas (avais e fianças).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

- Ativos financeiros: mensurada com base no valor contábil dos ativos financeiros;

Dependendo do estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses ou para toda a vida útil do contrato (Lifetime).

A seguir, as características de cada estágio:

- Estágio 1: contém todos os ativos financeiros que não sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2: contém todos os ativos financeiros que sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial; e
- Estágio 3: contém todos os ativos financeiros que são classificados como não performados, ou em *default*.

Para contratos de TVM classificados como Valor Justo no Resultado (VJR) e que estão em dia, a mensuração a valor justo já incorpora o risco de crédito, portanto a variação no valor justo desses ativos reflete as flutuações de mercado e o risco de crédito, conforme a regulamentação vigente.

Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas.

O detalhamento da carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, está apresentado na Nota 7.

v. Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito

Um ativo financeiro é baixado contra a provisão para perdas esperadas após todos os procedimentos necessários serem realizados e não termos mais expectativa de recuperação.

vi. Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros

Considera-se renegociação o acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. O Daycoval Leasing reavalia este instrumento para que represente o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A operação objeto de reestruturação deve ser inicialmente classificada no Estágio 3. Conforme facultado pela Resolução CMN nº 4.966/21, até 31 de dezembro de 2026, o Daycoval Leasing utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

vii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado.

viii. Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Daycoval Leasing transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, a um terceiro por força de um contrato em que:

(i) houve a transferência substancialmente de todos os riscos e benefícios do ativo; ou

(ii) não houve a transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha sido transferido o controle sobre o ativo.

Quando o Daycoval Leasing transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, este ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Daycoval Leasing. Nesse caso, o Daycoval Leasing também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados para refletir os direitos e obrigações retidas pelo Daycoval Leasing.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contabilizado do ativo e o valor máximo de compensação que o Daycoval Leasing possa ser requerido a pagar.

ix. Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Imobilizado de uso

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxas anuais, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 10.

g) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

h) Tributos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos fiscais correntes e diferidos” (Nota 13.b), e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Obrigações fiscais correntes e diferidas”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota de imposto de renda e contribuição social.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 13.a.i e 13.d.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 13.e.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:

- i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano. Os bens próprios são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada; ou
- ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. Os bens recebidos são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

j) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

i. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval Leasing, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. Ativos contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

iii. Passivos contingentes

São reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda.

k) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 15.c.

l) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
- ii. Amortizações de ativos diferidos;
- iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
- iv. Avaliação de instrumentos financeiros;
- v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Resultado não recorrente

São classificados como “Resultado não recorrente” aqueles que são:

- i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Daycoval Leasing; e
- iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 16.j.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
	2025
Disponibilidades	726

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2025	
	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros	668.851	668.851
	668.851	668.851

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	2025		
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado ⁽¹⁾	Valor contábil
Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.135	(4)	25.131
Total	25.135	(4)	25.131

⁽¹⁾ O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

b) Composição por prazo

	2025	
	De 3 a 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁾	25.131	25.131
	25.131	25.131

⁽¹⁾ Os títulos e valores mobiliários avaliados pelo seu "Valor Justo por Meio do Resultado", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

7 - CARTEIRA DE CRÉDITO AVALIADA AO CUSTO AMORTIZADO

a) Resumo da carteira de crédito

Composição da carteira de operações de crédito	2025
Operações de crédito	434.241
Arrendamento mercantil ⁽¹⁾ ⁽²⁾	648.135
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.775
Total da carteira de crédito (valor contábil bruto)	1.092.151
Provisão para perdas incorridas	(5.348)
Provisão para perdas esperadas	(26.250)
Total da carteira de crédito ampliada líquida de provisão	1.060.553

(1) A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

(2) Em setembro de 2025 foi realizada cessão de carteira de arrendamento mercantil com transferência integral de riscos e benefícios entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), ambas integrantes do Conglomerado Daycoval, no montante de R\$3.014.910, sendo que a transação não gerou resultado para as entidades. O resultado apresentado na rubrica Ativo Fiscal Diferido, é formado substancialmente pelo montante de R\$ 411.111, referente a reversão do passivo fiscal diferido do Daycoval Leasing referente a superveniência de depreciação das operações de arrendamento objeto da cessão.

b) Movimentação operações entre estágios

Apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros que integram a carteira de operações de crédito:

	2025							Saldo final em 31/12/2025
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação) ⁽¹⁾	
Estágio 1								
Empréstimos e Financiamentos	300.890	(1.519)	(9.809)	68	1.695	-	118.326	409.651
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.622	-	-	-	-	-	4.153	9.775
Arrendamento mercantil	3.106.585	(23.700)	(30.260)	-	7.587	-	(2.472.818)	587.394
Total	3.413.097	(25.219)	(40.069)	68	9.282	-	(2.350.339)	1.006.820
Estágio 2								
Empréstimos e Financiamentos	1.818	(68)	(184)	1.519	-	-	(1.042)	2.043
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	30.228	-	(4.452)	23.700	8.518	-	(39.800)	18.194
Total	32.046	(68)	(4.636)	25.219	8.518	-	(40.842)	20.237
Estágio 3								
Empréstimos e Financiamentos	17.429	(1.695)	-	9.809	184	(3.521)	341	22.547
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	92.491	(7.587)	(8.518)	30.260	4.452	(1.153)	(67.398)	42.547
Total	109.920	(9.282)	(8.518)	40.069	4.636	(4.674)	(67.057)	65.094
Movimentação total dos Estágios					Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação) (1)	Saldo final em 31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos					320.137	(3.521)	117.625	434.241
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso					5.622	-	4.153	9.775
Arrendamento mercantil					3.229.304	(1.153)	(2.580.016)	648.135
Total					3.555.063	(4.674)	(2.458.238)	1.092.151

(1) Inclui cessão de carteira de arrendamento mercantil entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), conforme mencionado em nota 7.a.

c) Por faixa de vencimento e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

i. Por faixa de vencimento

	2025
Operações em curso normal ⁽¹⁾	1.075.543
Parcelas vincendas	1.075.543
Até 3 meses	143.794
De 3 a 12 meses	331.885
De 1 a 3 anos	448.825
De 3 a 5 anos	129.076
Acima de 5 anos	21.963
Operações em curso anormal ⁽²⁾	16.608
Parcelas vincendas	10.107
Até 3 meses	2.609
De 3 a 12 meses	4.430
De 1 a 3 anos	2.933
De 3 a 5 anos	135
Acima de 5 anos	-
Parcelas vencidas	6.501
Até 60 dias	1.937
De 61 a 90 dias	607
De 91 a 180 dias	1.569
De 181 a 360 dias	2.388
Total da carteira de crédito	1.092.151

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Provisão

	2025
Provisão associada a risco de crédito	
Perda Incorrida	5.348
Perda Esperada	26.250
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito	31.598

d) Diversificação da carteira de crédito

Diversificação da carteira de crédito e de arrendamento mercantil por setor econômico	2025	
	Valor	% de exposição
Total	1.092.151	100,00%
Setor privado	1.092.151	100,00%
Pessoa jurídica	970.507	88,87%
Transportes e logística	260.917	23,89%
Atividades Financeiras e Seguradoras	209.210	19,16%
Administração e serviços	118.163	10,82%
Indústria	90.347	8,27%
Comércio	77.872	7,13%
Serviços especializados	36.022	3,30%
Extração	32.770	3,00%
Saúde	30.080	2,75%
Cultura e lazer	28.441	2,60%
Construção	24.320	2,23%
Imobiliário	23.191	2,12%
Telecomunicação e TI	13.270	1,22%
Energia	10.015	0,92%
Educação	3.936	0,36%
Saneamento	2.118	0,19%
Hospedagem e alimentação	714	0,07%
Outros	9.121	0,84%
Pessoas físicas	121.644	11,13%

e) Concentração das operações de crédito

Maiores devedores	2025	
	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	66.966	6,13%
10 maiores devedores	333.913	30,57%
50 seguintes maiores devedores	384.863	35,24%
100 seguintes maiores devedores	180.430	16,52%
Demais devedores	125.979	11,53%
Total	1.092.151	100,00%

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025							
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 1								
Empréstimos e Financiamentos	2.292	(58)	(185)	7	795	-	(682)	2.169
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	2	-	-	-	-	-	2	4
Arrendamento mercantil	19.131	(458)	(396)	-	3.628	-	(17.826)	4.079
Total	21.425	(516)	(581)	7	4.423	-	(18.506)	6.252
Estágio 2								
Empréstimos e Financiamentos	231	(7)	(23)	58	-	-	841	1.100
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	2.162	-	(120)	458	3.688	-	(4.363)	1.825
Total	2.393	(7)	(143)	516	3.688	-	(3.522)	2.925
Estágio 3								
Empréstimos e Financiamentos	8.151	(795)	-	185	23	(3.521)	3.890	7.933
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	42.809	(3.628)	(3.688)	396	120	(1.153)	(20.368)	14.488
Total	50.960	(4.423)	(3.688)	581	143	(4.674)	(16.478)	22.421
Movimentação total dos Estágios					Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos					10.674	(3.521)	4.049	11.202
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso					2	-	2	4
Arrendamento mercantil					64.102	(1.153)	(42.557)	20.392
Total					74.778	(4.674)	(38.506)	31.598

g) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

i. Composição do saldo de operações renegociadas

	2025
Composição do saldo de operações renegociadas (incluindo reestruturação)	
Operações em curso normal ⁽¹⁾	103.303
Parcelas vincendas	103.303
Até 3 meses	17.712
De 3 a 12 meses	35.575
De 1 a 3 anos	32.368
De 3 a 5 anos	17.648
Acima de 5 anos	-
Operações em curso anormal ⁽²⁾	8.104
Parcelas vincendas	4.558
Até 3 meses	1.464
De 3 a 12 meses	2.363
De 1 a 3 anos	633
De 3 a 5 anos	98
Acima de 5 anos	-
Parcelas vencidas	3.546
Até 60 dias	1.016
De 61 a 90 dias	341
De 91 a 180 dias	785
De 181 a 360 dias	1.404
Total	111.407

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Movimentação das operações renegociadas

	2025
Saldo inicial	684.002
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas ⁽¹⁾	(724.621)
Renegociação de operações	152.026
Saldo final	111.407

(1) Contempla a cessão de operações renegociadas da carteira de arrendamento mercantil, entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), no montante de R\$318.083, os detalhes da operação de cessão estão descritos na Nota 7.a.

Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval Leasing recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$1.149, conforme detalhado na Nota 16 b.

h) Movimentação e composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

i. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	52.142
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB nº 4.966/21	22.636
Saldo inicial ajustado	74.778
Créditos baixados como prejuízo	(4.674)
Constituição (reversão) da despesa com provisão	(38.506)
Perda Incorrida - Mínima requerida pela Res. BCB nº 352 ⁽¹⁾	5.196
Perda Esperada	(43.702)
Saldo final da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.598

(1) Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores.

8 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Diversos

	2025	
	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos salariais	320	-
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	-	4.337
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso ⁽²⁾	(232)	-
Valores a receber sociedades ligadas	19	-
Devedores diversos ⁽³⁾	1.021	-
Total	1.128	4.337

(1) Refere-se à depósitos dados em garantia no montante de R\$4.460.

(2) Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).

(3) Referem-se substancialmente, a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

9 - IMOBILIZADO DE USO

		2025			
		Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações		10%	208	(178)	30
Mobiliário		10%	1.035	(980)	55
Equipamentos de processamento de dados		20%	1.204	(1.148)	56
Veículos		20%	305	(15)	290
Total			3.254	(2.823)	431

10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização
Máquinas e equipamentos	136.200	(125.510)	(5.740)
Total	136.200	(125.510)	(5.740)

11 - DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	2025	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Avaliados pelo seu custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	1.556	58.076
	1.556	58.076

(1) Os depósitos interfinanceiros, mantidos junto ao Banco Daycoval (Controlador), estão sujeitos a variação de 100% do CDI.

12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	2025
Dividendos a pagar	152.830
Programa de participação nos resultados	939
Total	153.769

b) Diversas:

	2025	
	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos ⁽¹⁾	41.844	-
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽²⁾	1.787	957
Credores por recursos a liberar ⁽³⁾	83	-
Despesas administrativas a pagar	102	-
Valores a pagar sociedade ligadas	4.502	-
Total	48.318	957

(1) Referem-se, substancialmente, a fornecedores de equipamentos de arrendamento.

(2) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

(3) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

13 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

a) Despesas com impostos e contribuições

i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2025
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	427.148
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(192.217)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	5.014
Outros valores ⁽²⁾	403.549
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	216.346
Imposto corrente	(69.444)
Imposto diferido	285.790

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são de 45%.
(2) Refere-se substancialmente a transferência dos efeitos fiscais supervenientes de depreciação, ocorridos com a cessão da carteira de crédito do Daycoval Leasing para a Daycoval SAM, no montante de R\$ 411.115.

ii. Despesas tributárias

	2025
Contribuições ao COFINS	14.906
Contribuições ao PIS / PASEP	2.422
ISS	22.159
Outras despesas tributárias	134
Total	39.621

b) Ativos e obrigações fiscais

	2025
Ativos fiscais	
Correntes	127.631
Impostos e contribuições a compensar ⁽¹⁾	127.631
Diferidos	29.193
Créditos tributários (nota 13.d)	29.193
Total	156.824
Obrigações fiscais	
Correntes	72.287
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	69.444
Impostos e contribuições a recolher	2.843
Diferidos	173.850
Obrigações fiscais (nota 13.d)	173.850
Total	246.137

(1) Referem-se substancialmente ao montante de R\$83.735 de CSLL a compensar, devido alteração da metodologia de cálculo para CSLL pelo Daycoval Leasing, após a Súmula do CARF nº136 que tornou os ajustes decorrentes de superveniências e insuficiências de depreciação dedutíveis na apuração da base de cálculo.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos (“créditos tributários” e “obrigações fiscais diferidas”) decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2024	Constituição (Realização)	2025
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.877	(8.758)	1.119
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	32.599	(9.547)	23.052
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.814	(21.812)	2
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	2.444	2.576	5.020
Outras adições temporárias	21.577	(21.577)	-
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	88.311	(59.118)	29.193
Obrigações fiscais diferidas:			
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31.732	-	31.732
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniência	497.162	(323.508)	173.654
Atualização monetária de depósitos judiciais	51	145	196
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	528.945	(323.363)	205.582

e) Previsão de realização dos créditos tributários:

		2025		
		Diferenças temporárias		Total de impostos diferidos
		Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano		7.096	5.677	12.773
Até 2 anos		2.895	2.316	5.211
Até 3 anos		860	688	1.548
Até 4 anos		937	749	1.686
Até 5 anos		937	749	1.686
Acima de 5 anos		3.494	2.795	6.289
Total		16.219	12.974	29.193

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$24.342 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do conglomerado Daycoval, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:

O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2025	
Processos cíveis	883	
Processos fiscais	6.480	
Total	7.363	

	2025	
	Cíveis	Fiscais
Saldo no início do exercício	1.082	21.949
Constituição (reversão)	(199)	(15.469)
Saldo ao final do exercício	883	6.480

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS e de ISS no município de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações é de R\$6.480.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social é de R\$643.781, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de capital e lucros:

	2025
Reserva de capital	350
Reservas de lucros	751.827
Reserva legal ⁽¹⁾	59.551
Reservas estatutárias ⁽²⁾	692.276

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	2025
Lucro líquido	643.494
(-) Constituição de reserva legal	(32.175)
Lucro líquido ajustado	611.319
Valor dos dividendos obrigatórios	152.830

d) Lucro líquido por ação

	2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas	643.494
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações	
Ações ordinárias	643.494
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social ⁽¹⁾	
Ações ordinárias	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico	
Ações ordinárias	0,11133
Lucro líquido por ação - Diluído	
Ações ordinárias	0,11133

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº2/20.

16 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito

	2025
Empréstimos e financiamentos	74.130
Receitas de títulos e créditos a receber	2.359
Total do resultado com operações de crédito	76.489

b) Operações de arrendamento mercantil

	2025
Resultado com operações de arrendamento mercantil	543.807
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	509.362
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	1.537.493
Lucro na alienação de bens arrendados	83.899
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(1.168.581)
Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de hedge	55.402
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 7.g)	1.149
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	34.445
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	83.562
Lucro na alienação de bens arrendados	14
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(2.138)
Depreciação de Bens Arrendados	(46.993)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. (Controlador), apresentaram montante de R\$28.851.

d) Títulos e valores mobiliários

	2025
Títulos de renda fixa	881
Ajuste a valor justo	(4)
Total	877

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

e) Instrumentos financeiros derivativos

	2025
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	
Ganhos	
Swap	38.991
Perdas	
Swap	(85.047)
Total	(46.056)

(1) Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval Leasing eram realizados, tendo como contraparte o Banco Daycoval S.A. (Controlador), com o objetivo de compensar as variações sobre os ajustes do valor justo da carteira de arrendamento mercantil. Em decorrência da cessão realizada em setembro de 2025 as operações com derivativos foram descontinuadas.

f) Operações de captação no mercado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas de captação em depósitos interfinanceiros realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. (Controlador), apresentaram montante de R\$227.949.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

g) Despesas de pessoal

	2025
Proventos	(5.117)
Encargos sociais	(2.137)
Benefícios	(1.481)
Honorários da diretoria	(1.319)
Total de despesas com pessoal	(10.054)

h) Outras despesas administrativas

	2025
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.467)
Despesas de processamento de dados	(1.777)
Outras despesas administrativas	(1.358)
Despesas de aluguéis e seguros	(332)
Despesas de depreciação e amortização	(222)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(75)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(75)
Despesas de Transporte	(14)
Despesas de comunicações	(17)
Despesas de água, energia e gás	(1)
Total de outras despesas administrativas	(5.338)

i) Outras receitas operacionais

	2025
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	13.120
Reversão de contingências cíveis	321
Reversão de contingências fiscais	16.714
Atualização de depósitos judiciais	322
Total de outras receitas operacionais	30.477

(1) Refere-se substancialmente a atualização monetária de IR/CS a compensar.

j) Outras despesas operacionais

	2025
Outras despesas operacionais	(2.169)
Contingências Fiscais	(1.245)
Contingências Cíveis	(122)
Total de outras despesas operacionais	(3.536)

k) Resultado não operacional

2025
Lucros na alienação de valores e bens arrendados
Prejuízo na alienação de valores e bens arrendados
Total de resultado não operacional

Lucros na alienação de valores e bens arrendados
Prejuízo na alienação de valores e bens arrendados
Total de resultado não operacional

41.033
(2.491)
38.542

l) Resultado não recorrente

Em 31 de dezembro de 2025, não há resultados não recorrentes nas demonstrações de resultado.

17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025:

Transações	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
	2025	2025
Controlador	609.835	(245.154)
Banco Daycoval S.A.	609.835	(245.154)
Disponibilidades	616	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	668.851	28.851
Operações com derivativos	-	(46.056)
Depósitos interfinanceiros	(59.632)	(227.949)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025, quais sejam:

Transações	Ativo (passivo)	Taxa de remuneração	2025					Total
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			-	668.851	-	-	-	668.851
Controlador			-	668.851	-	-	-	668.851
Banco Daycoval S.A.			-	668.851	-	-	-	668.851
Depósitos interfinanceiros			(1.556)	(58.076)	-	-	-	(59.632)
Controlador			(1.556)	(58.076)	-	-	-	(59.632)
Banco Daycoval S.A.		100% CDI	(1.556)	(58.076)	-	-	-	(59.632)

c) Remuneração do pessoal-chave da administração, anualmente, quando da realização da assembleia geral ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o estatuto social.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante global de remuneração de até R\$1,8 milhão.

	2025
Remuneração (pró-labore)	1.319
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	32
Total de remuneração	1.351

O Daycoval Leasing não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

18 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Classificação contábil	2025
	Nível 1
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:	
Por meio do resultado	
Títulos e valores mobiliários	
Títulos públicos federais	25.131

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	2025	
	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	668.851	668.851
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	1.092.151	1.146.175
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Depósitos interfinanceiros	59.632	59.807

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de “Nível 2” e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Conglomerado Daycoval exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para a tomada de decisões de sua Administração.

O Daycoval Leasing, como parte integrante do Conglomerado Daycoval, adota a mesma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de conformidade e de responsabilidade social, ambiental e climática.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Relacionamento com auditores

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para a auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

O Daycoval Leasing adota a mesma política de contratação de serviços da empresa de auditoria independente, utilizada pelo Banco Daycoval S.A., líder do Conglomerado Prudencial.

A Administração

Luiz Alexandre Cadorin
Contador
CRC 1SP243564/O-2